

**RESUMO DA REUNIÃO ENTRE O GOVERNO E A FCSAP  
12/10/2018**

Presentes pelo Governo: Ministro das Finanças, Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público

Presentes pela FCSAP: Ana Avoila, Alcides Teles, Alexandre Plácido, Guadalupe Simões, Vitor Reis, Dulce Pinheiro, José Correia, Cristina Torres.

Assessores da Frente Comum: Ana Nascimento

O **Ministro das Finanças** iniciou a reunião referindo que o Governo considera de extrema relevância o processo negocial para o Orçamento Geral do Estado e que a sua importância representa o cumprimento do compromisso assumido no programa de Governo.

Realçou a importância das matérias trazidas à discussão pelos Sindicatos, nomeadamente condições de trabalho, tempos de trabalho, formação e qualificação, segurança, saúde e higiene, sendo as matérias mais visíveis a das remunerações e carreiras, que são centrais para as partes.

Realçou o cumprimento do programa de Governo em sucessivos orçamentos, o que significa a materialização das políticas adoptadas, cujo expoente máximo foi o descongelamento das carreiras, que irá ser concluído em Dezembro de 2019 quando os trabalhadores receberem os 100% do descongelamento.

Realçou ainda outras matérias que representaram uma valorização financeira para os trabalhadores, como foi o caso da reposição do pagamento das horas extraordinárias ou das horas de qualidade.

Neste momento o Governo pretende juntar a todas estas matérias uma antecipação que já estava prevista no plano de estabilidade para 2020, antecipando um certo retorno a uma normalidade de aumentos salariais que não incidam apenas nestas outras dimensões. Frisou que não se deve olhar para uma medida descontextualizada, pois o Orçamento geral do estado é um conjunto.

Realçou que o propósito da reunião era ouvir a opinião dos Sindicatos sobre estas matérias.

Reafirmou que as medidas para a Administração Pública que estavam no programa de Governo tem sido cumpridas e que foram criadas as condições para que possam ser materializadas.

A FC transmitiu que a sua posição já foi colocada junto da Secretária de Estado, mas que os trabalhadores nunca foram ouvidos, o que é visível no pacto de estabilidade, pelo que face às condições existentes será difícil um entendimento.

Acentuou a necessidade de se desmitificar o que pode acontecer às contas públicas se houverem aumentos, até porque existem dados da DGAEP que desmentem esta matéria, pois na verdade, a riqueza foi sendo desviada para os mesmos e isso são opções políticas, que se ligam com a necessidade de taxação dos mais ricos.

Reafirmou que mantém as preocupações sobre as carreiras e sobre a tabela remuneratória única que considera desfigurada, pelo que o Governo tem de fazer uma discussão séria sobre estas matérias, pois é uma exigência da FC rever as carreiras, porque as profissões tem um nome, esta matéria está na proposta reivindicativa apresentada.

A FC não aceita medidas que tenham em vista o descongelamento faseado, até porque até Abril o descongelamento correspondeu em média a 1,60 € para cada trabalhador. O Governo reduziu a despesa, mas por outro lado aumentou-a com aquisição de bens e serviços.

A proposta da FC no que respeita aos aumentos salariais é clara e conhecida – 60 €, para os

trabalhadores que ganhem até 1,500 € e a partir desse valor 4%.

A FC considera ainda essencial a discussão de outras matérias não remuneratórias, que garantam que os trabalhadores vivam com dignidade.

Há trabalhadores que nos últimos anos perderam cerca de 30% do seu poder de compra.

É necessário que haja uma alteração da carga fiscal sobre os trabalhadores.

A FC frisou ainda que continua a existir falta de pessoal, que não há investimento nos serviços e que isso apenas conduz à sua degradação.

A FC afirmou que o Orçamento Geral do Estado tem de ter em conta as propostas feitas pelos trabalhadores e que agora é o momento do Governo apresentar uma proposta, a partir daí a FC terá a sua.

O **Ministro das Finanças** referiu que a posição sobre as questões laborais tem concordância face ao diagnóstico, que é necessário fazer mais pela Administração Pública, afastando as tendências de um passado recente e que tendo em conta o Programa do Governo e a vontade política muito já foi feito.

Considera que o desacordo assenta no equilíbrio e sustentabilidade das questões, pois os trabalhadores acham que não se foi tão longe como podia.

Assumi um compromisso com os trabalhadores da Administração Pública, as medidas constam de um pacote bastante alargado, que tem um passo largo no que respeita à dimensão salarial, mas com equilíbrio e sustentabilidade.

A **SEAEP** referiu que existe uma margem de ponderação em matéria salarial, que será abordada amanhã em Conselho de Ministros, embora não tenha existido discussão.

Houve no entanto uma evolução relativamente ao articulado que foi entregue na última reunião, existindo uma formulação definitiva dos mecanismos de descongelamento, que teve em linha de conta algumas das questões colocadas, procurando tomar e encerrar as decisões fundamentais nesta legislatura, o que levou à reformulação da proposta.

Referiu que parte das matérias dos Cadernos Reivindicativos apresentados carecem da intervenção dos ministros responsáveis, nomeadamente da área do trabalho, podendo ser discutidas após o Orçamento, pois estamos a falar de matérias que não tem de constar do articulado do orçamento.

Comprometeu-se para a semana a promover a reunião para discussão de parte do caderno reivindicativo, nomeadamente as matérias respeitantes a doenças profissionais e segurança, saúde e higiene no trabalho.

Quanto às matérias dos descongelamentos – artº 18º e 20º – foi reequacionada a questão, até por dificuldades operacionais, propondo-se ao Conselho de Ministros uma norma que as matérias de alteração de posicionamento se enquadrem no faseamento já previsto no OE 2018, ou seja, que esteja concluída até Dezembro de 2019. Esta decisão com impacte orçamental, pretende também clarificar que os pontos que os trabalhadores detêm sobrantes durante o faseamento continuam a beneficiar o trabalhador para o próximo reposicionamento remuneratório.

As opções gestionárias voltam a ser permitidas, num registo mais normal possível, procurando que estas opções possam favorecer os trabalhadores que não tiveram pontos suficientes para o reposicionamento / valorização remuneratória.

Não há uma posição fechada sobre estas matérias.

Quanto aos prémios não há nada de novo.

Reafirmou que nesta legislatura os direitos retomam a sua normalidade.

Será introduzida a matéria de objetivos de desempenho na dimensão eficiência para os serviços, pois estes não podem considerar uma actividade secundária os descongelamentos.

Vai ser feita uma revisão bastante substancial do artigo das valorizações remuneratórias.

Afirmção do primado dos IRCT's , nomeadamente no que respeita a ajudas de custo, trabalho suplementar, abonos para falhas, o que significa uma reversão nas opções anteriores.

Para a Administração local e regional vai haver a possibilidade de aplicar sistemas de incentivos a coberto de norma habilitante.

No que respeita à matéria da segurança, saúde e higiene no trabalho há disponibilidade para densificar o artigo, mas a sede própria é outra. A negociação vai prosseguir havendo disponibilidade para a introdução de melhoramentos.

Considera que o articulado do Orçamento deve ser menos extenso, com remissão de outras matérias para a sede própria.

Há um compromisso de prosseguir as reuniões em matéria de higiene, saúde e segurança no trabalho, negociação das carreiras, apresentação de um projecto de diploma sobre recrutamento.

Reafirmou a importância de trabalhar o tema dos instrumentos de gestão, pois o processo de descongelamento tem demonstrado que o processo decorreu de forma lenta, por dificuldade dos serviços, pelo que os instrumentos de gestão tem de ser úteis para a gestão publica funcionar melhor.

Quanto à matéria dos aumentos salariais a discussão é para prosseguir, os cenários hipotéticos são conhecidos e foram enunciados na ultima reunião.

A **FC** contestou esta ultima informação da **SEAEP** pois nada lhes foi apresentado, o que conhecem é através da comunicação social.

A **SEAEP** referiu então que existem dois cenários possíveis, concentração dos recursos com plafond distribuído junto de quem terá mais efeito útil ou um cenário inverso com uma expressão remuneratória igual para todos.

Ainda não há qualquer proposta de valores.

A **FC** reforçou que o processo negocial / a lei da negociação não está a ser cumprida, o que é visível no facto do Conselho de Ministros ir amanhã aprovar um texto que não é do conhecimento dos trabalhadores.

Foi reforçada a necessidade da **FC** saber qual a disponibilidade do Governo, salientando-se que fasear é retirar dinheiro aos trabalhadores.

Quanto à matéria da saúde e segurança no trabalho reafirmou-se a necessidade de transposição da Directiva e que a **FC** já apresentou o seu parecer.

A **FC** aguarda o envio do documento reformulado para se pronunciar.

Frisou ainda que está contra os incentivos, pois a equidade e a justiça deixam de estar presentes.

Reafirmou-se que a carga fiscal sobre os trabalhadores é muito elevada.

A **FC** reafirmou que face à informação prestada a proposta de salários apenas chegará aos trabalhadores após o entendimento no seio do Governo, ficando mais uma vez os sindicatos excluídos desta discussão.

Voltou a lembrar-se a situação dos bolseiros que ficaram sem bolsa e que estão sem receber, os concursos de promoção que ainda não foram abertos.

Relembrou que há matérias que carecem de autorização legislativa e que se não ficarem cabimentadas não haverá nenhuma solução.

Realçou que no âmbito do **PREVPAP** há homologações feitas, mas ainda não foram abertos os concursos.

Foi ainda colocada a questão de para quando a alteração legislativa que permita o pagamento das indemnizações aos trabalhadores vitimas de acidente de trabalho e/ou doença profissional.

Foi ainda questionado se o artº 41º seria para manter (pagamento de horas extraordinárias na saúde).

A **SEAEP** informou que a matéria dos acidentes de trabalho / doenças profissionais é um tema para ser remetido para a reunião com o ministério do trabalho, pois carece de discussão conjunta. Quanto à manutenção do artº 41º pensa que não há qualquer intenção de haver regressão, mas irá confirmar essa matéria com a tutela.

*FCSAP*